

Professores Surdos: uma Reflexão Sobre Educação Inclusiva

Deaf Teachers: a Reflection about Inclusive Education

Débora da Costa Ferreira de Carvalho^a; Ângela Fátima da Rocha^a; Sueli Correia Lemes Valezi^{*a}

^aInstituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. MT, Brasil.

*E-mail: sueli.valezi@cba.ifmt.edu.br

Resumo

Busca-se, com este artigo, refletir sobre o saber docente para professores surdos e como isso impacta em suas práticas educacionais, uma vez que esses conhecimentos advêm de como eles compreendem a inclusão escolar, a educação bilíngue, a Libras e a sua própria formação. Por meio de uma abordagem metodológica qualitativa, de natureza aplicada, ativa e intervencionista, e mediante a análise de conteúdos sobre a educação inclusiva, propôs-se uma sequência de videoaulas para professores surdos. Os participantes da pesquisa foram professores surdos de três instituições educativas do estado de Mato Grosso. Entre os resultados alcançados, restou evidenciada a necessidade de políticas voltadas à promoção de processos formativos específicos para esse grupo de docentes, em função da manifestada escassez de cursos dessa natureza. O trabalho desenvolvido possibilitou que os professores surdos participantes pudessem avaliar as principais questões que envolvem a temática da educação inclusiva, desencadeando, assim, reflexões sobre as suas próprias percepções e práticas, além de permitir que fossem identificados os entendimentos desses professores surdos como profissionais docentes. Também foi possível aferir, por meio das respostas aos questionários aplicados após cada videoaula, a dificuldade que esses profissionais possuem para trabalhar com o modo escrito, acarretando, inclusive, na intervenção da pesquisadora, mediante contato direto com os docentes, o qual possibilitou que as questões e as respostas fossem trabalhadas em Libras.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Formação para Docente Surdo. Educação Bilíngue.

Abstract

This article seeks to reflect on the teaching knowledge for deaf teachers and how this impacts their educational practices, since this knowledge comes from how they understand school inclusion, bilingual education, Libras, and their own training. Using a qualitative methodological approach, of an applied, active and interventionist nature, and by means of content analysis on inclusive education, a sequence of video classes for deaf teachers was proposed. The participants of the research were deaf teachers from three educational institutions in Mato Grosso. Among the results achieved, it became evident the need for policies aimed at promoting specific training processes for this group of teachers, due to the obvious shortage of courses of this nature. The work developed allowed the participating deaf teachers to evaluate the main issues involving the theme of inclusive education, thus triggering reflections on their own perceptions and practices, in addition to allowing the identification of the understandings of these deaf teachers as professional teachers. It was also possible to measure, through the answers to the questionnaires applied after each video lesson, the difficulty that these professionals must work with the written mode, resulting in the researcher's intervention, through direct contact with the teachers, which allowed the questions and answers to be worked in Libras.

Keywords: School Inclusion. Training for Deaf Teachers. Bilingual Education.

1 Introdução

Para entender o contexto atual da temática da inclusão escolar para surdos, necessário se faz, inicialmente, identificar alguns aspectos inerentes a essa questão, tais como a prática da exclusão social de pessoas com deficiências ou com necessidades especiais, o que, de acordo com Maciel (2000), mostra-se tão antiga quanto a socialização do homem. Assim, quando se adentra nas questões de âmbito educacional, é possível verificar que a situação se apresenta ainda mais precarizada, pois se observa, em registros históricos, conforme apontado por Quadros (2006), que a trajetória da comunidade surda no mundo foi alvo de sequenciadas formas de segregação, perseguição e exclusão por se mostrarem

diferentes dos demais (normal/ouvinte).

No Brasil, a educação de surdos já passou por diversas transformações, sendo que apenas ao final da década de 1980, é que a língua de sinais foi colocada junto à fala do português no contexto educacional. No entanto, apesar desse avanço, nos anos de 1990, ainda existiam impedimentos que coíbiam as pessoas com surdez de lançarem mão do seu direito de fazer uso da língua de sinais no espaço educacional. Isso porque a política nacional da educação, entre 1980 e 1990, tinha o ensino da fala como primordial, em detrimento de outros componentes curriculares (QUADROS, 2006).

No final dos anos 1990, as escolas de surdos passaram a incorporar a Libras como recurso de instrução. Nessa época, as universidades também começaram a contratar intérpretes

para acompanhar os acadêmicos surdos e, desde então, várias foram as diretrizes normativas e educacionais que buscaram integrar premissas as quais possibilitaram uma formação e uma educação aos discentes e docentes surdos com qualidade, como a Lei n.º 10.436/2002, que reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão em âmbito nacional.

Assim, buscou-se, por meio dessa pesquisa de mestrado realizada entre os anos de 2019 e 2022, levantar e refletir sobre o saber docente para professores surdos e como isso impacta em suas práticas educacionais. Partiu-se da premissa de que esses conhecimentos refletem e são construídos sobre como esses profissionais compreendem a inclusão escolar, a educação bilíngue, a Libras e o seu processo formativo. Com isso, a pergunta que norteou a investigação foi: como ocorre a inserção da temática da inclusão no processo de formação do professor surdo?

O desenvolvimento da pesquisa em que este artigo se baseia contou com profissionais de três instituições de ensino: a primeira, o Centro Estadual de Atendimento e Apoio ao Deficiente Auditivo Prof.^a Arlete Pereira Migueletti (CEAADA), localizado em Cuiabá (MT); a segunda, a Escola Estadual 13 de Maio, na cidade de Tangará da Serra (MT), e a terceira, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, campus de Pontes e Lacerda (MT). Participaram efetivamente da pesquisa sete professores surdos, a quem se aplicou o Produto Educacional (PE), Curso para professores surdos, composto por um conjunto de cinco videoaulas, acompanhadas de questionários.

Outrossim, foi possível, por exemplo, já ao final da primeira videoaula, traçar o perfil dos participantes que, entre as informações, identificou a predominância da faixa etária e do gênero dos participantes da pesquisa, ratificando a incidência encontrada e divulgada pelo Censo Escolar de 2020 (IBGE, 2020), conforme será apresentado na seção dos resultados e discussão deste artigo.

Já no que se refere à trajetória pessoal e profissional desses professores, foi possível verificar a carência de um ensino voltado para o aluno surdo e de um processo de formação adequado para o professor surdo, inclusive destacando que essas deficiências refletem nos conhecimentos e nas impressões que esses profissionais detêm sobre a inclusão escolar dos docentes surdos.

A identificação desses dados se mostrou de suma importância, pois na etapa seguinte da pesquisa, com a aplicação das demais videoaulas e dos questionários temáticos, serviu de suporte para a análise dos dados obtidos e a compreensão sobre como esses profissionais apreendem e refletem sobre as práticas pedagógicas do docente surdo em torno do tema central “inclusão escolar para professores”.

Justifica-se tratar de estudo extremamente relevante, pois a partir da visão dos professores surdos, agregada à teoria sobre inclusão escolar e formação docente, foi possível vislumbrar e apontar melhorias para as práticas educativas, de forma

humana e integral, junto aos discentes e docentes. Destaca-se ainda que trabalhar com um material diferenciado, como o PE, mostrou-se um caminho assertivo para trazer o docente surdo ao cenário de discussões sobre temáticas que envolvem especificidades do seu grupo, percepção essa atestada diante da aceitação e do reconhecimento do PE como recurso auxiliar para a formação docente de 100% dos participantes da pesquisa.

Diante desse cenário houve, no pensamento crítico trazido por Freire (1996) sobre a prática educacional, o suporte para a investigação do processo de formação do professor surdo. Ademais, conforme sinalizado por Tardif e Raymond (2000), foi possível, a partir da reflexão sobre as práticas socioeducativas e da institucionalização da profissão, destacar a importância da formação e das relações sociais que esses conhecimentos desencadeiam na vida pessoal e profissional dos professores surdos.

Em que pese as respostas dos participantes evidenciarem que as instituições nas quais trabalham contam com a educação de surdos e possuem, em seu quadro docente, professores surdos, é preciso que essas escolas, para além de atuarem sob a perspectiva de inclusão, promovam processos formativos e de inclusão dos docentes surdos nos grandes debates sobre a temática da inclusão escolar para que esse grupo seja efetivamente representado. Assim, este artigo tem o objetivo de refletir sobre o saber docente para professores surdos e como isso impacta em suas práticas educacionais.

2 Material e Métodos

A abordagem qualitativa foi escolhida tanto para o desenvolvimento da pesquisa quanto para este artigo, uma vez que se objetivou identificar a contribuição e as percepções a respeito do conhecimento que os participantes possuíam sobre a educação inclusiva e as demais categorias apresentadas como: Libras, educação especial, educação bilíngue, formação do docente surdo. Tal proposta teve sustentação nos ensinamentos de Prodanov e Freitas (2013) de que o ambiente natural é a fonte direta de coleta de dados, sendo o pesquisador o instrumento-chave para a pesquisa.

A pesquisa também foi caracterizada como aplicada e intervencionista. Aplicada, pois conforme sinalizam os autores: “[...] objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.28), no presente caso, a formação do docente surdo; e intervencionista, uma vez que, de acordo com Reason e Bradbury (2008), refere-se à pesquisa na qual se tem como um dos principais objetivos a geração de conhecimento prático, significativo e usual para as pessoas melhorarem as suas vidas no cotidiano, o que não só foi realizado como evidenciado nos resultados alcançados.

Quanto às etapas desenvolvidas, seguindo uma ordem de atividades, destacam-se: a revisão de literatura sobre as concepções teóricas dos descritores; a análise e escolha

da metodologia mais adequada ao caso; a aplicação de questionário inicial; a elaboração e aplicação do PE e das questões temáticas após cada videoaula e, por fim, a categorização e a análise dos dados coletados.

A investigação foi realizada por meio da aplicação do PE desenvolvido a partir de um questionário inicial, com o intuito de traçar o perfil dos professores surdos, sujeitos da pesquisa, e de cinco videoaulas, seguidas, cada uma, da aplicação de questões direcionadas aos participantes, de forma a acessar os conhecimentos que esses profissionais possuem sobre a exclusão e a inclusão escolar e outros descritores: educação bilíngue, formação para docente surdo, normativas legais sobre inclusão e Libras, além de promover um espaço para a reflexão do tema. No último questionário aplicado, após a quinta videoaula, os participantes puderam ainda avaliar o PE.

Destaca-se que o projeto dessa pesquisa obedeceu aos trâmites legais, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/IFMT) e aprovado, no dia 3 de abril de 2020, pelo parecer n.º 4.876.359. A pesquisa ocorreu em três instituições de ensino, quais sejam: Centro Estadual de Atendimento e Apoio ao Deficiente Auditivo Prof.^a Arlete Pereira Migueletti (CEAADA), localizado em Cuiabá (MT); Escola Estadual 13 de Maio, na cidade de Tangará da Serra (MT), e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, campus de Pontes e Lacerda (MT).

Para fins de seleção e participação da amostra da pesquisa, foram considerados os seguintes critérios de inclusão: (i) atuar como docente em uma das três instituições já citadas; (ii) conhecer a linguagem Libras, e (iii) possuir fluência no desempenho da Libras. Inicialmente, a investigação foi idealizada para contar com a participação de 11 professores surdos graduados, no entanto, apenas sete iniciaram a participação e somente cinco participaram efetivamente de todas as etapas. Essa redução teve como uma de suas causas o reflexo da pandemia da Covid-19 iniciada em março de 2020, que levou a uma redução dos contratos de trabalho desses professores, inclusive de professores surdos.

O PE foi aplicado no período de 8/7/2021 a 30/8/2021, sendo composto de cinco videoaulas: 1) diversidade e inclusão; 2) concepções sobre a educação para surdos; 3) conhecendo as principais normativas; 4) formação docente e 5) refletindo sobre as categorias temáticas. Após cada videoaula, foi inserido um questionário semiestruturado.

A definição das categorias supracitadas emergiu da revisão de literatura realizada na etapa inicial da pesquisa, em que se evidenciou o percurso sócio-histórico da educação de surdos no Brasil, a qual sinalizou que, somente ao final dos anos 1990, a Libras começou a ser incorporada nas escolas de surdos do país como meio de instrução, quando as universidades passaram a contratar intérpretes dessa língua para acompanhar acadêmicos surdos, abrindo, com isso, espaço para o debate e a reflexão, a partir da aplicação do PE, como forma de contribuir com o processo de formação do professor surdo.

Como instrumentos da pesquisa se destacam: os questionários semiestruturados com questões abertas e fechadas, as videoaulas e o grupo via WhatsApp. Este último, criado como recurso adicional para a aplicação do PE, visou dar maior acessibilidade para participação dos sujeitos da pesquisa no processo de respostas aos questionários e funcionou como um canal de comunicação para dirimir eventuais dúvidas que poderiam surgir durante a aplicação das questões.

A análise dos dados seguiu a abordagem de Minayo (2008) sobre análise de conteúdo, buscando descrever e interpretar as informações levantadas. É importante destacar que as videoaulas foram produzidas pela pesquisadora com recursos próprios, como celular com câmera de áudio e vídeo e programas para salvar e editar, além do notebook pessoal utilizado para compilação e repasse das informações. Preliminarmente, foram elaborados os roteiros dos conteúdos, que seriam abordados nas videoaulas e, posteriormente, traduzidos para Libras; visando dar foco ao conteúdo a ser repassado, optou-se por não inserir animações.

Na confecção das videoaulas, foi utilizado o programa de edição Windows Movie Maker para unir os blocos de cada vídeo e inserir legendas. O cenário escolhido foi montado pela pesquisadora em um ambiente neutro, conforme recomendado para esses casos. O roteiro contou com saudação inicial e desenvolvimento do assunto por meio da Libras, sendo também desenvolvido em áudio e legenda em português, ampliando, assim, as possibilidades de assimilação do conteúdo apresentado.

Além disso, a pesquisadora teve cuidado com a vestimenta para que não chamasse a atenção, evitando interferência na concentração dos espectadores quando da interpretação, observando as orientações constantes na ABNT NBR 15290, que trata da acessibilidade em comunicação na televisão e dispõe que, para uma boa visualização da interpretação em Libras, “a vestimenta, a pele e o cabelo do intérprete devem ser contrastantes entre si e entre o fundo. Devem ser evitados fundo e vestimenta em tons próximos ao tom da pele do intérprete; [...]”

Encerrada a exposição dos materiais e métodos utilizados, passa-se a uma breve apresentação dos aportes teóricos estudados para, ao fim, discutir sobre os resultados alcançados com a pesquisa a partir da inter-relação entre a teoria e a prática.

3 Resultados e Discussão

3.1 Sobre a história da educação do surdo

Existem relatos de que, desde a Antiguidade, a sociedade tinha a visão de que os surdos não eram seres humanos competentes, em função de sua forma diferenciada de se comunicar e à escassez de conhecimentos na área das pessoas com deficiência, sendo excluídos da sociedade e considerados como não humanos (QUADROS, 2006). De acordo com

Strobel (2008), foi a partir do século XVI que começaram a surgir os primeiros educadores preocupados com as diversidades apresentadas pela comunidade surda, buscando, por meio dos ideários de liberdade, defender que os surdos se comunicassem por meio da língua de sinais — sua língua natural.

As práticas antigas em relação aos surdos foram as mais variadas e, nesse sentido, Carvalho (2007), em sua pesquisa, destacou algumas informações e situações voltadas à população surda registradas no período antigo: (i) no antigo Egito, as pessoas surdas atuavam como mediadoras junto aos deuses e eram, por conseguinte, temidas e respeitadas; (ii) na nação hebraica, no Pentateuco, a Lei Hebraica fazia referência aos surdos e cegos, sendo protegidos e tidos como cidadãos; (iii) os chineses lançavam as crianças surdas ao mar; (iv) os gauleses sacrificavam as crianças surdas aos seus deuses; (v) na Grécia, os surdos eram categorizados como incapazes, e tal pensamento advinha de Aristóteles, o qual ensinava que os surdos, por não terem linguagem, seriam incapazes de raciocinar; (vi) em Esparta, jogavam-se os recém-nascidos surdos do alto dos rochedos; (vii) para os romanos, os surdos eram imperfeitos e, por isso, não tinham direito à cidadania; (viii) em Constantinopla, os surdos eram tratados segundo os mesmos princípios dos Romanos e (ix) a Igreja da Idade Média acreditava que os surdos não tinham salvação.

Em 2002, em seu trabalho sobre a perspectiva sociointeracionista na educação de criança surda, Goldfield apresentou que as ideias e as concepções sobre o desenvolvimento humano produzido na antiguidade levaram à prática da exclusão social e fizeram com que muitos surdos fossem abandonados, atacados ou sacrificados por serem considerados pessoas castigadas e amaldiçoadas pelos deuses. E foi somente no século XVIII que a educação especial de e para surdos ganhou espaço com a utilização da língua de sinais (PERLIN, 2002; PERLIN; STROBEL, 2006).

Perlin (2002) e Carvalho (2007) indicaram ainda que, entre o final do século XIX e parte do século XX, os surdos ficaram proibidos de se comunicarem por meio da gestualidade, pois a ciência buscava curar a surdez naquele momento. Tal ação estava na contramão da história, sendo um contrassenso, posto que, no mesmo período, os surdos passavam por um processo de reconstrução de sua identidade de sujeitos capazes e se expressar, e não mais de deficientes incapazes.

Assim, nesse período, a língua de sinais ganhou a atenção dos professores de alunos surdos, que acabaram desenvolvendo outras filosofias para o atendimento dessa demanda. Isso ocorreu com base em pesquisas realizadas inicialmente na Europa e na América do Norte sobre o ensino dos surdos, que promoveu o movimento de exclusão à inclusão social, expandindo-se para o mundo.

3.2 Das línguas de sinais à Libras

A língua de sinais francesa, desenvolvida a partir do método criado por abade L'Épée, teve grande importância

na consolidação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), uma vez que essa foi idealizada com base no método desenvolvido pelos franceses no século XVIII, período em que marcou o início de dispositivos voltados para uma educação especial.

Nesse sentido, é importante destacar que a língua de sinais não é universal, pois cada país possui a sua. No Brasil, para além das premissas emanadas da Constituição Federal de 1988 (CF/88), tem-se a Língua Brasileira de Sinais (Libras), reconhecida pela Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda (BRASIL, 2002; MELLO FILHO, 1996).

Assim, a partir de 2002, passou-se a formar agentes multiplicadores em todo o Brasil para o ensino da Libras, com o curso denominado Libras em Contexto, em parceria com o Ministério da Educação - MEC. Em 2005, a Lei n.º 10.436/2002 foi regulamentada pelo Decreto n.º 5.626, que tratou com maior profundidade da educação de surdos, em todos os níveis de ensino, e da formação de professores bilíngues, instrutores surdos e intérpretes de Libras.

No entanto, articular as temáticas educacionais e a Lei n.º 10.436/2002, para além de uma tarefa de suma importância, remete-se à necessidade de maior reflexão sobre a prática educativa aplicada atualmente para garantir uma educação de qualidade em diversos contextos, visto que a escola é o local propício para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos com surdez e à demanda crescente no país, o que motivou a pesquisa realizada por esta autora e, por conseguinte, no PE desenvolvido e aplicado.

Assim, para além da essencialidade de adequar as atuais práticas, de modo a alcançar uma educação inclusiva, necessário se faz novos processos formativos docentes que deem conta da complexidade do uso da língua de sinais. Enfim, vários são os desafios no âmbito educacional que devem ser superados no intuito de se levar à efetivação da educação inclusiva, que vão além das teorias e leis, para que realmente aconteça no cotidiano das escolas.

3.3 A formação docente inicial e continuada para surdos

A educação inclusiva, quando tratada dentro das universidades, tem sido objeto de constantes estudos, que procuram ajudar a solucionar os problemas encontrados os quais envolvem estudantes com necessidades especiais no espaço acadêmico. Nesse sentido, o entendimento de Bisol et al. (2010, p.2) é de que, para que esses novos acadêmicos consigam enfrentar as dificuldades e assimilar os novos saberes,

[...] eles precisam contornar as falhas da trajetória escolar anterior, como deficiências de linguagem, inadequação das condições de estudo, falta de habilidades lógicas, problemas de compreensão em leitura e dificuldade de produção de textos.

Dessa forma, faz-se imprescindível oferecer condições e permanência desse discente junto ao meio social para que seja possível a efetivação da aquisição dos conhecimentos. Para

Alves (2015, p. 38), os indicativos das pesquisas apontam que a entrada do aluno surdo no ensino regular tem sido tardia e que o ingresso tão somente não garante a esse estudante uma educação bilíngue, complementando que os alunos surdos “Seguem na escola formal sem conhecer a língua de sinais em tempo adequado e crescem sem ter conhecimento de sua língua natural.”

A falta de acesso dos surdos à educação bilíngue faz com que, ao ingressarem no contexto universitário, eles tenham mais dificuldades com o processo de comunicação, reafirmando a necessidade da adequação do currículo e das práticas pedagógicas para superar os desafios encontrados no processo de aquisição de saberes desses estudantes. Nesse sentido, Alves (2015, p.38) também aduz que vários são os desafios enfrentados por alunos surdos ao buscarem por um sistema educacional que respeite suas diferenças, no entanto, não é isso que o aluno surdo tem encontrado.

Nas pesquisas de Rossi (2010, p.76), existe o indicativo de que, quase uma década após a publicação do Decreto nº 5.626/2005, “[...] há cursos em que estes não contam nem com a presença do intérprete de Libras, em decorrência de diferentes motivos”. Isso, por si só, evidencia que, independentemente da existência de políticas linguísticas voltadas para uma educação inclusiva das pessoas surdas, ainda faltam políticas educacionais, que efetivem esses processos.

Esses fatos citados corroboram com o entendimento e a prática adquirida pela aplicação do PE acerca da necessidade de se refletir sobre a inclusão dos surdos, rompendo barreiras motivadas pela falta de conhecimento do processo inclusivo. Outrossim, vislumbra-se como uma forma de contribuição nesse processo, em que o professor de Ensino Superior cria métodos e estratégias que difundem, no sujeito surdo, a sua característica linguística, contribuindo com a socialização dos estudantes no contexto universitário.

Trata-se de considerar a atividade docente como uma prática reflexiva, uma vez que, em sua essência, necessita do pensamento reflexivo dos professores para que sua prática seja significativa (FREIRE, 2000). Para o autor, “[...] quanto mais me assumo como estou sendo e percebo a ou as razões de ser de porque estou sendo assim, mais me torno capaz de mudar, de promover-me [...]” (FREIRE, 2015, p.40).

Nesse sentido, necessário se faz entender a importância do docente surdo — quase como um especialista em deficiência auditiva - para atuar como professor de Libras e/ou professor bilíngue, permitindo que os surdos passem a integrar o processo de construção das metodologias teóricas e práticas da formação docente e, com isso, novas oportunidades de inserção possam ser vislumbradas e contempladas, garantindo, dessa forma, uma efetiva educação inclusiva.

Na seção seguinte, realiza-se uma discussão sobre os principais resultados alcançados com a pesquisa junto aos professores surdos participantes.

3.4 Sobre as videoaulas

Aqui se apresentam os principais resultados alcançados com a pesquisa, dando-se enfoque na discussão das seguintes categorias: 1) processo de reflexão sobre inclusão e diversidade; 2) concepções sobre a educação para surdos; 3) conhecendo as principais normativas; 4) formação docente e 5) refletindo sobre as categorias temáticas. Para tanto, o conjunto das cinco videoaulas contou com temáticas, destacadas em seguida, momento em que, para além de sua apresentação, são trazidos os principais resultados obtidos após a aplicação do PE e dos respectivos questionários.

Cumprir destacar que, em relação aos sete participantes da pesquisa, apenas cinco concluíram todo o processo do PE, sendo três do CEAADA, um da Escola Estadual 13 de Maio e um do IFMT.

Conforme pode ser verificado na Figura 1, o encarte explicativo sobre o PE aplicado foi construído contando com recursos imagéticos e falas de instruções direcionadas ao participante, a partir de uma abordagem simples e direta.

Figura 1– Instruções sobre as etapas do PE (Curso para professores surdos)



Fonte: os autores.

Ademais, para o início de cada videoaula, foi inserido, no encarte, uma breve explicação sobre o conteúdo a ser abordado naquela etapa, visando situar o participante sobre o tema, conforme pode ser apreendido nas Figuras 2, 3 e 4.

Figura 2 – Apresentação das videoaulas 1 e 2 do PE



Fonte: os autores.

Figura 3 - Apresentação das videoaulas 3 e 4 do PE



Fonte: os autores.

Figura 4 – Apresentação da videoaula 5 do PE



Fonte: os autores.

Na sequência, são abordados os principais resultados encontrados a partir de cada videoaula apresentada e das respostas obtidas.

3.4.1 Videoaula 1 – Diversidade e inclusão

Essa videoaula abriu os diálogos com os professores surdos sobre as percepções e o entendimento sobre a educação inclusiva e a importância do tema ‘diversidade’ para a garantia do direito à equidade de todos (Figura 2). Por ser o primeiro

contato com os participantes da pesquisa, nesta etapa, foram coletadas informações que pudessem traçar o perfil desses profissionais, como idade e sexo.

A faixa etária variou de 33 a 67 anos de idade, sendo que a maioria figurou entre os 40 anos, e o sexo predominante foi o feminino (85,7%). Sobre a maior incidência na faixa etária ser de mulheres, tal achado coaduna com os dados divulgados pelo Censo Escolar de 2020 (IBGE, 2020), o qual sinaliza que 81% dos docentes de escolas regulares, técnicas e EJA são mulheres¹.

3.4.2 Videoaula 2 – Contextualização sobre a educação para surdos

Nessa videoaula, foram apresentados alguns aspectos históricos da educação especial, da educação inclusiva e a distinção entre elas (figura 3). Nessa etapa, cinco professores responderam aos questionamentos, evidenciando-se a dificuldade deles em compreender a pergunta ou, ainda, em se expressar quanto ao entendimento sobre o tema, conforme se verifica na resposta à pergunta “O que você entende por educação especial?”, dada por um dos participantes: “Funda primeiro educação especial atendimento para todos força, ou, ainda à pergunta “O que você entende por educação inclusiva?”, em que algumas das respostas foram: “Escola inclusão todos deficiente”, “Escolas pode apoio educação inclusiva, processo social todas crianças.”

Assim, verifica-se que tal dificuldade, conforme apontado por Alves (2015), advém da formação desses profissionais surdos, especialmente quanto à ausência da língua brasileira de sinais em seu processo educacional e à falta de intérpretes, em sala de aula, e nos processos de comunicação, que fazem com que a interação desses profissionais com a segunda língua — portuguesa - seja precária.

3.4.3 Videoaula 3 – Conhecendo as normativas:

Nessa etapa, foram abordadas as principais normativas, dentro do contexto educacional brasileiro, voltadas para o aspecto da inclusão, que vão desde à Constituição Federal de 1988, perpassam pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996, pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 e alcançam o Decreto n.º 10.502, de 30 de setembro de 2020.

O decreto em questão instituiu a Política Nacional da Educação Especial, equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, mas que, no entanto, encontra-se com sua aplicação suspensa por força de decisão do Supremo Tribunal Federal, cuja norma foi inserida no estudo, em função da importância de se refletir sobre alguns de seus dispositivos, tais como os motivos que ensejaram sua suspensão, entre outros.

Para a pergunta “Como você percebe a educação especial e a educação inclusiva para surdos a partir do

1 Informação disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/brasil-tem-mais-docentes-mulheres-do-que-homens/>.

Decreto n.º 10.502/2020?”, entre as respostas, teve-se: “Não, porque parecer volta separada educação inclusiva”, “Faltar informação pública na escola educação inclusiva”, “sim, importante mostra lei”. Com isso, novamente foi possível verificar-se a necessidade de rever o processo formativo do docente surdo, buscando um meio que faça prevalecer a língua de sinais e que, a partir dela, estabeleça-se um entrelaçamento com a língua portuguesa para suprir a deficiência existente nos cursos de formação, conforme indicado por Rossi (2010).

3.4.4 Videoaula 4 – Formação docente

Trata-se da videoaula voltada para a abordagem de como ocorre a formação do docente surdo, a prática bilíngue, a existência de formação específica e as reflexões sobre os avanços, os desafios e o que se pode melhorar nesse contexto. Verificou-se, a partir das respostas à pergunta “Você acredita que o processo de formação do docente surdo é algo já estruturado nas bases educacionais brasileiras?”, que 60% responderam “sim” e 40% apontaram como “parcial”, evidenciando que a formação do docente surdo ainda não alcança a totalidade dos centros formativos.

Já quanto à pergunta “Como você percebe a atuação da instituição em que atua no desenvolvimento da formação do docente surdo?”, um total de 20% dos respondentes indicaram como inexpressiva e os outros 80% se dividiram entre expressiva e normal. Assim, entre as respostas alcançadas nessa etapa, merece destaque o fato de que necessário se faz incluir o surdo na definição do seu processo formativo, ampliando as possibilidades de eles participarem das discussões sobre os temas pertinentes, como Letras-Libras, gramática de Libras, acessibilidade e inclusão e, por conseguinte, auxiliar no fomento de práticas metodológicas mais adequadas à educação do surdo.

3.4.5 Videoaula 5 – Refletindo sobre a educação inclusiva

Nessa videoaula, foram retomados os principais tópicos abordados nos vídeos anteriores, buscando dialogar com o docente, levando-o a refletir sobre as possibilidades de atuação como protagonista no processo de mudança e na potencialização de uma formação docente do professor surdo que auxilie em suas práticas laborativas e faça a diferença diante das diversidades existentes dentro do sistema educacional brasileiro.

Em resposta ao questionamento “Você acredita que o Decreto n.º 10.502/2020 deve voltar a vigorar e se mostra como uma ferramenta que veio efetivamente para auxiliar não só no processo de inclusão da pessoa surda como na formação do docente surdo?”, a resposta positiva alcançou 60% dos participantes, indicando o anseio destes de que a lei volte a vigorar.

Nesse momento, foi possível verificar ainda que os participantes já estavam se sentindo mais à vontade para debater sobre as temáticas, o que possibilitou a aceitação dos profissionais quanto à proposta das videoaulas, que contou

com 100% de aprovação. Esse aceite foi aferido a partir da resposta positiva de todos à pergunta: “A partir dos vídeos apresentados, foi possível para você ampliar suas concepções, agregando entendimentos que poderão ser transportados para sua atuação docente?”

Em relação à aplicação do PE como um todo, é importante apontar que, na primeira tentativa de responder aos questionários, os professores participantes apresentaram dificuldade de entendimento das perguntas escritas. Assim, o grupo de WhatsApp criado buscou suprir essa necessidade como um canal de orientações voltado ao esclarecimento de eventuais dúvidas que surgiam durante a aplicação das questões.

Todavia, tal tentativa não alcançou a totalidade dos participantes, uma vez que alguns dos professores preferiram não manifestar suas dúvidas no grupo, demonstrando um comportamento de se fechar para essa iniciativa, o que pode ter razões enraizadas em sua trajetória de vida e dos processos de comunicação.

Diante desse cenário, a pesquisadora procurou um meio de tornar possível refazer a aplicação dos questionários com alguns dos participantes da pesquisa, o que foi alcançado, especialmente com aqueles que atuavam no CEAADA, tendo em vista que, em 2021, ela conseguiu maior acesso ao Centro Educacional, facilitando, assim, o contato com os professores surdos atuantes naquela escola, e pôde auxiliá-los individualmente realizando a entrevista em Libras, o que despertou o interesse dos participantes.

Assim, tanto o questionário inicial quanto as questões a serem aplicadas após a exibição de cada videoaula foram desenvolvidos em formulário eletrônico, que foi enviado para o e-mail dos participantes. Em complemento, os links também foram disponibilizados via grupo de WhatsApp, momento em que, quando surgiam dúvidas sobre as perguntas escritas, esta pesquisadora encaminhava um vídeo com a explicação, em Libras, para auxiliar os respondentes a preencherem o formulário.

Destaca-se ainda que, ao final de cada pergunta, era dada a possibilidade de que o participante respondesse no formato de vídeo e anexasse em resposta ao e-mail. A escolha do formulário eletrônico, agregado à possibilidade dos vídeos, buscou possibilitar a conversão dos dados coletados em planilhas para uso posterior na etapa da análise dos dados.

Assim, a partir da análise das respostas coletadas nas duas primeiras aplicações dos questionários, destacam-se que:

1. Os professores surdos apresentaram dificuldade de entendimento do português escrito na etapa dos questionários e, por conseguinte, respostas confusas ou incompletas.
2. Os principais conceitos abordados: educação especial, educação inclusiva, formação do docente surdo e educação bilíngue precisam ganhar maior espaço para debate entre a categoria participante, devido à dificuldade de definição sobre alguns desses assuntos, manifestada pela falta de processos formativos que abordem tais perspectivas, pelo distanciamento entre as políticas normativas instituídas

e pela não participação da categoria (docente surdo) na definição das práticas metodológicas voltadas a atender à necessidade desses profissionais.

3. A constatação do item 2, sobre a dificuldade de conceituar parte dos termos abordados, remete-nos ao fato de que a maioria dos participantes informou que não realizou cursos sobre o tema “inclusão” ou “educação inclusiva”, evidenciando que o processo formativo desses profissionais deve contemplar a discussão sobre temáticas relevantes para o seu cotidiano.
4. No entanto, cumpre destacar que todos conseguiram conceituar o que seja a educação bilíngue e indicar a participação da família como essencial no processo de escolha da escola e de acompanhamento do aluno.
5. No que se refere à abordagem sobre o Decreto n.º 10.502/2020, editado, porém suspenso, as opiniões foram bem díspares em função de não compreensão da pergunta, ao fato de a escola não apresentar a temática da normativa aos professores e de a lei ser o primeiro passo para alcançar uma educação inclusiva e ao entendimento de que a efetivação dos ditames previstos na normativa supracitada irá acabar com a possibilidade da educação inclusiva e retornar à prática da segregação.

Dessa forma, foi possível verificar que a prática de pesquisa, no decorrer do mestrado e com a aplicação do PE, ampliou o entendimento de algumas concepções para esta pesquisadora não somente em relação ao conteúdo teórico apreendido, mas especialmente quanto à necessidade de buscar por propostas que auxiliem no processo de mudança dentro das escolas, para que haja efetivamente a inclusão das pessoas com deficiências, mediante a oferta de um serviço realizado por profissionais que tenham a oportunidade de contar com metodologias de ensino que atendam às particularidades de cada aluno, fazendo do docente e de sua formação elementos fundamentais para alcançar tal intento.

4 Conclusão

A efetivação da educação inclusiva para os alunos e docentes surdos possui estreita relação com o processo de formação do professor surdo, uma vez que se faz necessário rever as práticas e as estratégias metodológicas/pedagógicas que viabilizam a inclusão dos alunos e professores surdos. Nesta pesquisa, contribui-se com as discussões sobre a formação do docente surdo e com a inserção deste no âmbito dos debates sobre temáticas que tratam de especificidades de suas práticas profissionais.

Nesse sentido, a Libras se mostrou como um instrumento de comunicação e acesso ao conhecimento, ratificando o entendimento de que a formação do docente surdo, bem como dos demais profissionais, que poderão ter, em seu rol de alunos, pessoas surdas, deve ser permeada pela reflexão e consciência quanto ao papel do professor para alcançar uma cidadania inclusiva, fato esse evidenciado pelo resultado atingido pela pesquisa, que possibilitou entrelaçar as concepções teóricas, as lacunas existentes no âmbito da temática e as manifestações dos participantes professores surdos.

Essa importância ficou ainda mais evidenciada para esta pesquisadora, pois durante a graduação, o curso contava com apenas uma disciplina de Libras, despertando o interesse e

a necessidade de buscar, no último semestre do curso, uma capacitação complementar na área de Libras. Ao agregar as informações e as reflexões repassadas pelos participantes da pesquisa com a experiência profissional e acadêmica dentro do contexto da pesquisa de mestrado realizada, verifica-se a urgência de inserir os docentes surdos nos processos decisivos quanto às políticas públicas inclusivas que atendem a esse grupo.

Ao refletir com esses professores sobre a educação inclusiva, por meio da aplicação do PE, Curso para professores surdos, foi possível dialogar a respeito das premissas teóricas e legais que podem auxiliar no processo de compreensão acerca do que já está posto e do que precisa ser feito. Partindo do ponto de vista de que os profissionais surdos da educação e suas concepções sobre inclusão, bilinguismo e prática da Libras devem pautar os debates para a reformulação do currículo do docente surdo, a pesquisa apresentada se propôs a investigar e a contribuir com os professores surdos sobre como ocorre a compreensão desses profissionais quanto à educação especial e inclusiva, especialmente, em relação às particularidades de todos os envolvidos no processo educativo surdo.

Com isso, conclui-se que, a partir de práticas voltadas aos temas que interessam não só a sua formação profissional (docente surdo), mas a sua pessoa, enquanto sujeito surdo inserido em um contexto ainda não totalmente inclusivo, mostra-se assertiva a inserção desses sujeitos nos processos reflexivos, pois motiva e leva esses professores a participarem de discussões, abrindo novas possibilidades pedagógicas, e contribui para o entendimento de que, além de sua atuação em sala de aula, esse professor deve auxiliar no processo e na oportunidade do alcance e da garantia do direito de todos a uma educação com qualidade, oportunizando a construção de uma sociedade mais igualitária.

Por fim, com a aplicação do PE, foi possível ainda evidenciar a distância que ainda se deve percorrer, para que a formação do docente surdo seja permeada pelo real sentido de uma educação inclusiva, uma vez que várias foram as dificuldades apresentadas e evidenciadas nos resultados que integram não só este artigo como a pesquisa principal.

Para esta pesquisadora, o maior desafio levantado, durante os estudos e a aplicação do PE, foi a necessidade de promover uma revisão sobre a formação docente surdo, especialmente de forma a eliminar aquelas políticas educacionais as quais ainda concebem que o discente surdo é quem deve se aprofundar em práticas de leitura e escrita, ao invés de contar com uma formação que garanta o seu aperfeiçoamento por meio da potencialização das suas capacidades, respeitando a sua condição e a sua língua como fontes precípuas para uma educação inclusiva.

Referências

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 15.290. Acessibilidade de comunicação na televisão. Rio de Janeiro:

- ABNT, 2016.
- ALVES, F.C. Educação de surdo em nível superior: desafios vivenciados nos espaços acadêmicos. In: ALMEIDA, W.G. Educação de surdos: formação, estratégias e práticas docentes. Ilhéus: Editus, 2015. p.27-44.
- BISOL, C.A. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. Cad. Pesq., v.40, n.139, p.147-172, 2010. doi: 10.1590/S0100-15742010000100008.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Brasília: MEC, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: MEC, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Decreto n.º 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida. Brasília: Senado Federal, 2020.
- CARVALHO, P.V. História dos Surdos no Mundo. Lisboa: Surd'Universo, 2007.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. Professora sim, tia não. São Paulo: Olho D'Água, 2000.
- FREIRE, P. Política e educação. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- GOLDFELD, M. A criança surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista. São Paulo: Plexus, 2002.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Escolar da Educação Básica. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- MACIEL, M.R.C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- MELLO FILHO, J.C. Constituição Federal anotada. São Paulo: Saraiva, 1996.
- MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 2008.
- PERLIN, G. História dos surdos. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2002.
- PERLIN, G.; STROBEL, K. L. Fundamentos da educação de surdos. Florianópolis: UFSC, 2006.
- PRODANOV, C.C.; FREITAS, E.C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013.
- QUADROS, R.M. Políticas Linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: Espaço de negociações. Cad. CEDES, v.69, p.141-162, 2006. doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622006000200003>.
- REASON, P.; BRADBURY, H. The SAGE handbook of action research participative inquiry and practice. London: Sage, 2008.
- ROSSI, R.A. A Libras como disciplina no ensino superior. Rev Educ., v.13, n.15, p.71-85, 2010.
- STROBEL, K.L. Surdos: vestígios culturais não registrados na história. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- TARDIF, M.; RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho do magistério. Educ. Soc., v.21, n.73, 2000. doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000400013>.